

**Alexandre Rocha Pinal**

# **DIREITO IMIGRATÓRIO**

**SERVIÇO PÚBLICO MIGRATÓRIO  
VISTOS  
ACORDOS DE RESIDÊNCIA  
NATURALIZAÇÃO**

**4ª Edição – Revista e Atualizada  
até a Lei 13.445/2017 (Lei de Migração),  
Decreto 9.199/2017 (Regulamento) e  
RN 41/2019 do CNIg**

Curitiba  
Juruá Editora  
2020

---

Visite nossos sites na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-5605-036-2**

**JURUA**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Pintal, Alexandre Rocha.

P659      Direito imigratório./ Alexandre Rocha Pintal./ 4ª edição./  
Curitiba: Jurua, 2020.  
388p.

1. Imigração – Legislação. 2. Direito internacional público.  
I. Título.

CDD 341(22.ed.)  
CDU 341

000002

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

## PARTE GERAL

<b>I</b>	<b>LIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	33
1	INTRODUÇÃO .....	33
2	O FLUXO MIGRATÓRIO INTERNACIONAL .....	35
3	O FLUXO MIGRATÓRIO BRASILEIRO .....	37
4	O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO IMIGRANTE NO BRASIL .....	45
<b>II</b>	<b>O CONTROLE IMIGRATÓRIO</b> .....	47
1	INTRODUÇÃO .....	47
2	SISTEMA NACIONAL DE PROCURADOS E IMPEDIDOS (SINPI) ...	48
3	FUNÇÃO CONSULAR .....	50
3.1	Lista de Controle Consular (LCC) .....	53
4	ÁREA DE CONTROLE INTEGRADO NO ÂMBITO DO MERCOSUL E BOLÍVIA .....	53
4.1	Fiscalização Aeroportuária .....	53
<b>III</b>	<b>MARCOS TEÓRICOS</b> .....	55
1	A DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL .....	55
2	O PROBLEMA DAS EPIDEMIAS .....	57
3	O EXAME DE SAÚDE .....	59
4	O PROBLEMA DA INFORMAÇÃO CRIMINOLÓGICA .....	59
5	O PROBLEMA DA IGUALDADE .....	60
6	O PROBLEMA DA SOBERANIA .....	67
7	AS CONCEPÇÕES TRADICIONAIS DE SOBERANIA E A BUSCA POR UM NOVO CONCEITO .....	69
8	O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO EXERCÍCIO DA SOBERANIA POPULAR .....	72
9	O QUE SE DEVE ENTENDER POR SOBERANIA NO SÉCULO XXI .....	73
10	A PERSONIFICAÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO .....	75

11	A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DO ESTADO ESTRANGEIRO ...	76
12	ESTADO DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	77
13	O PROBLEMA DAS MINORIAS ÉTNICAS .....	79
14	O PROBLEMA DA EXCLUSÃO SOCIAL .....	79
15	O PROBLEMA DA DISCRICIONARIEDADE.....	80
16	O PROBLEMA DA MOTIVAÇÃO.....	85
<b>IV</b>	<b>AUTONOMIA DO DIREITO IMIGRATÓRIO .....</b>	<b>89</b>
1	INTRODUÇÃO.....	89
1.1	A Influência do Pragmatismo e do Utilitarismo .....	90
1.2	A Autonomia do Direito Imigratório .....	91
2	EXISTÊNCIA, VALIDADE, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS.....	93
2.1	A Função Migratória .....	94
2.2	Natureza Jurídica dos Atos de Imigração .....	94
2.3	Direito Subjetivo .....	94
3	PRINCÍPIOS DE DIREITO IMIGRATÓRIO.....	95
3.1	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana .....	96
3.1.1	Princípio da fraternidade .....	100
3.2	Princípio da Legalidade .....	101
3.2.1	Princípio da razoabilidade .....	102
3.2.2	Princípio da proporcionalidade .....	103
3.3	Princípio da Impessoalidade .....	103
3.4	Princípio da Moralidade .....	103
3.5	Princípio da Publicidade .....	104
3.5.1	Princípio da transparência .....	104
3.5.2	Princípio da motivação .....	105
3.6	Princípio da Eficiência .....	105
3.7	Princípio da Soberania .....	106
3.8	Princípio do Livre Exercício Profissional .....	107
3.8.1	Princípio do livre acesso aos cargos públicos .....	109
3.9	Princípio da Igualdade Relativa entre Naturalizados e Nacionais ..	110
3.10	Princípio da Pretensão Resistida ou Contenciosidade Moderada ...	111
3.11	Princípio da Norma mais Favorável .....	111
3.12	Princípio da Prioridade do Interesse Público .....	113
3.13	Princípio da Reciprocidade .....	114
3.14	Elementos de Conexão .....	115
3.14.1	Princípio da proximidade ou dos vínculos mais estreitos ....	115
3.15	Princípio da Proteção Familiar .....	116

3.16	Princípio da Segurança da Sociedade e do Estado .....	116
3.17	Princípio da Confidencialidade .....	117
3.18	Princípio da Segurança Jurídica .....	117
<b>V</b>	<b>STATUS JURÍDICO DO ESTRANGEIRO .....</b>	<b>119</b>
	<b>V.I – ENTRADA .....</b>	<b>119</b>
1	INTRODUÇÃO .....	119
2	ENTRADA .....	120
	2.1 Quadro Geral de Regime de Vistos (QGRV) .....	123
3	EFICÁCIA DA LEI ESTRANGEIRA .....	129
4	O SENTIDO DO TERMO “RESIDÊNCIA” DO ART. 5º, <i>CAPUT</i> , DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	130
5	O SENTIDO DO TERMO “RESIDÊNCIA” NA LEI 13.445/2017.....	132
6	ENTRADA DE MARÍTIMOS .....	133
7	ENTRADA DE TRIPULAÇÃO AÉREA.....	133
	<b>V.II – ESTADA (PERMANÊNCIA TEMPORÁRIA OU PROVISÓRIA) ...</b>	<b>134</b>
1	INTRODUÇÃO .....	134
2	O DIREITO À VIDA.....	134
3	A PENA DE MORTE NO BRASIL .....	136
4	O DIREITO À LIBERDADE .....	137
5	A LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO .....	137
6	ACESSO AO TRANSPORTE PÚBLICO E PRIVADO.....	137
7	AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM PARA CRIANÇAS E ADOLESEN- TES .....	137
8	TRÁFEGO COM VEÍCULO, CARTEIRA DE HABILITAÇÃO E ACIDENTES .....	138
9	PRISÃO ADMINISTRATIVA.....	139
10	A LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	141
11	O DIREITO DE PROPRIEDADE.....	142
12	FUNÇÃO SOCIAL .....	143
13	COMPETÊNCIA EM RELAÇÃO A BENS IMÓVEIS.....	143
14	COMPETÊNCIA EM RELAÇÃO A BENS MÓVEIS .....	143
15	SUCESSÃO DE BENS DE ESTRANGEIRO.....	144
16	MECANISMOS DE PROTEÇÃO POSSESSÓRIA .....	144
17	LIMITAÇÕES À AQUISIÇÃO IMOBILIÁRIA POR PARTE DE ES- TRANGEIRO.....	144
	17.1 Parecer CGU/AGU 01/2008 .....	147
18	APORTE E REMESSA DE CAPITAIS .....	148
19	OPERAÇÕES CAMBIAIS.....	149
	19.1 Multas .....	150
	19.2 Cadastro de Empresas (CADEMP) .....	151

20	OUTROS DIREITOS CIVIS.....	151
	V.III – SAÍDA E RETORNO .....	152
1	INTRODUÇÃO.....	152
2	A SAÍDA E A CONTAGEM DE PRAZO PARA A PERMANÊNCIA E A NATURALIZAÇÃO.....	152
3	IMPEDIMENTOS DE RETORNO.....	153
	V.IV – PERMANÊNCIA (PERMANÊNCIA DEFINITIVA OU RESIDÊNCIA) .....	153
1	INTRODUÇÃO.....	153
2	AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE VISTOS.....	154
3	IMPEDIMENTOS À TRANSFORMAÇÃO DE VISTOS E AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA.....	156
4	TENDÊNCIAS .....	157
5	LINHAS GERAIS SOBRE O VISTO DE TRABALHO .....	158
6	DIREITOS TRABALHISTAS .....	159
	6.1 Chamamento Autônomo e Recrutamento .....	160
	6.2 Limitações Formais às Alterações da Matriz Normativa Trabalhista .....	160
7	A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT) .....	160
8	A PROTEÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL .....	160
9	A PROPORCIONALIDADE ENTRE EMPREGADOS ESTRANGEIROS E NACIONAIS .....	162
10	EQUIPARAÇÃO SALARIAL ENTRE ESTRANGEIROS E NACIONAIS.....	163
11	RELAÇÃO ANUAL DE EMPREGADOS ESTRANGEIROS.....	164
12	PENALIDADES POR INFRAÇÕES NA CONTRATAÇÃO DE ESTRANGEIROS .....	164
13	DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARIQUEIROS ESTRANGEIROS .....	164
14	LEIS ESPECIAIS .....	165
15	DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	165
16	INGRESSO DE ESTRANGEIROS EM CARGOS PÚBLICOS .....	166
	16.1 Admissão de Professores, Técnicos e Cientistas Estrangeiros pelas Universidades .....	167
17	REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS DE CURSO SUPERIOR .....	167
	17.1 Reconhecimento de Certificados de Estudos de Nível Fundamental e Médio.....	167
18	O DIREITO À EDUCAÇÃO .....	168
19	O DIREITO À SEGURIDADE E À ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	168
	19.1 Acordos Internacionais .....	169
	19.2 Acordo de Seguridade Social do Mercosul e Regulamento .....	169

## PARTE ESPECIAL

<b>VI DOCUMENTOS DE VIAGEM</b> .....	173
1 INTRODUÇÃO .....	173
1.1 Circulação de Residentes no Âmbito do Mercosul .....	173
1.2 Programa de Modernização, Agilização e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP) .....	174
2 PASSAPORTE .....	174
2.1 Passaporte Comum .....	175
2.1.1 Dispositivos de segurança .....	176
2.1.2 Cooperação consular no Mercosul .....	177
2.2 Passaporte para Estrangeiro .....	177
2.3 Passaporte de Emergência .....	178
2.4 Passaporte Diplomático .....	178
2.4.1 Notas verbais do Itamaraty .....	178
2.4.2 Carteira de matrícula consular .....	179
2.5 Passaporte Oficial .....	179
2.6 <i>Laissez-Passer</i> .....	179
2.7 Autorização de Retorno .....	179
2.8 Salvo-Conduto .....	179
2.9 Cédula de Identidade Civil, Certificado de Membro de Tripulação de Transporte Aéreo e Carteira de Marítimo .....	180
<b>VII VISTOS</b> .....	181
1 CONCEITO .....	181
2 VISTO .....	182
2.1 Extensão aos Dependentes .....	183
2.2 Hipóteses de Dispensa de Visto .....	184
3 VISTO DE VISITA .....	184
4 VISTO TEMPORÁRIO .....	185
4.1 Vistos de Curta Duração no Âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) .....	188
5 VISTO DE CORTESIA .....	188
6 VISTO OFICIAL .....	189
7 VISTO DIPLOMÁTICO .....	190
8 VISTOS TEMPORÁRIOS EM ESPÉCIE .....	190
8.1 Visto para Intercâmbio Estudantil .....	196
8.2 Visto para Estágio .....	197
8.3 Visto para Atletas Amadores Maiores de 14 anos e Menores de 21 anos .....	197

8.4	Visto para Artista ou Desportista sem Vínculo Empregatício ....	199
8.5	Visto para Serviço Voluntário .....	200
8.6	Visto ao Abrigo de Acordo de Cooperação Internacional na Qualidade de Técnico, Prestador de Serviço, Voluntário, Especialista e Professor, Junto a Entidades Oficiais, Privadas ou não Governamentais .....	201
8.7	Visto e Autorização de Residência de Estrangeiro por Prazo Indeterminado para o Exercício de Cargo, Função ou Atribuição, por Exigência de Legislação Federal Específica.....	202
8.8	Visto para Tratamento de Saúde .....	203
8.9	Visto para Atleta Profissional com Vínculo Empregatício no Brasil .....	206
8.10	Visto para Tripulante de Embarcação de Pesca Estrangeira Arrendada por Empresa Brasileira .....	206
8.11	Visto e Autorização de Residência sob Contrato de Transferência de Tecnologia .....	207
8.12	Visto e Autorização de Residência para Trabalho de Assistência Técnica sem Vínculo Empregatício .....	208
8.13	Visto e Autorização de Residência para Trabalho sem Vínculo Empregatício Vinculado a Grupo Econômico Transnacional cuja Matriz seja Empresa Brasileira .....	209
8.14	Visto para Trabalho sem Vínculo Empregatício em Embarcação ou Plataforma Estrangeira .....	210
8.15	Visto para Trabalho a Bordo de Embarcação Estrangeira de Turismo, sem Vínculo Empregatício no Brasil.....	212
8.16	Visto para Treinamento Profissional Junto à Subsidiária, Filial ou Matriz Brasileira, e para Treinamento no Manuseio, Operação e Manutenção de Máquinas, Equipamentos e outros Bens Produzidos no País, sem Vínculo Empregatício .....	213
8.17	Visto para Trabalho sem Vínculo Empregatício para Prestar Serviço ou Auxílio Técnico ao Governo Brasileiro.....	214
8.18	Visto para Intercâmbio Profissional .....	214
8.19	Visto e Autorização de Trabalho para Haitianos Originários de Porto Príncipe .....	215
8.20	Visto para Correspondente de Meios de Comunicação Estrangeiros .....	219
8.21	Visto para Religiosos e Missionários.....	219
8.22	Visto para Reunião Familiar .....	220
8.23	Visto para Aposentados ou Pensionistas.....	227
8.24	Visto para Pesquisa, Ensino ou Extensão com Vínculo de Emprego .....	227
8.25	Visto para Pesquisa, Ensino ou Extensão sem Vínculo de Emprego e com Prazo de Estada Superior a 90 (Noventa) Dias .....	228
8.26	Visto e Autorização de Residência para Representação de Pessoa Jurídica de Direito Privado sem Fins Lucrativos.....	231

8.27	Visto e Autorização de Residência Provisória para Estrangeiro Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo com Poderes de Gestão, para Representar Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado Econômico – Pessoa Jurídica .....	232
8.28	Visto para Investimento Imobiliário .....	234
8.29	Visto para Investidor Estrangeiro Pessoa Física .....	235
8.30	Visto com Base em União Estável .....	237
8.31	Autorização de Residência Associada a Questões Laborais a Refugiado .....	239
8.32	Visto para Representante de Instituição Financeira ou Assemblhada Sediada no Exterior .....	240
9	<b>CASOS ESPECIAIS, RENOVAÇÃO DO PRAZO DE RESIDÊNCIA E CONVERSÃO PARA PRAZO INDETERMINADO .....</b>	<b>241</b>
10	<b>RESOLUÇÕES NORMATIVAS REVOGADAS .....</b>	<b>245</b>
<b>VIII</b>	<b>REGISTRO CIVIL E EMPRESARIAL DE ESTRANGEIROS .....</b>	<b>247</b>
1	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>247</b>
1.1	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) .....	250
1.2	Registro Civil e Trabalhista para Fronteiriços .....	251
1.2.1	Trânsito Vicinal Fronteiriço entre os Estados-Partes do Mercosul .....	252
1.3	Alteração de Assentamentos .....	253
2	<b>REGISTRO EMPRESARIAL DE ESTRANGEIROS .....</b>	<b>253</b>
2.1	Proteção do Nome Empresarial, Propriedade Industrial e Direitos Autorais .....	254
2.2	Arquivamento e Averbação de Atos Constitutivos, e Autorização para Nacionalização ou Instalação de Sociedade Estrangeira .....	254
2.3	Proteção Jurídica das Sociedades de Responsabilidade Limitada ..	254
2.4	Registro de Organizações Cívis Estrangeiras sem Fins Lucrativos de Interesse Público .....	255
<b>IX</b>	<b>ACORDOS ESPECIAIS DE RESIDÊNCIA (PERMANÊNCIA) .....</b>	<b>257</b>
1	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>257</b>
2	<b>ACORDOS BRASIL-PORTUGAL .....</b>	<b>257</b>
2.1	Acordo de Contratação Recíproca Brasil-Portugal .....	257
2.1.1	Visto temporário ou permanente para portugueses ao abrigo do Acordo de Contratação Recíproca .....	258
2.2	Regime de Reciprocidade entre Brasileiros e Portugueses .....	258
2.3	Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses (Decreto 70.391/1972) .....	260
2.4	Estatuto da Igualdade (Decreto 3.927/2001) .....	261
2.4.1	Procedimento .....	261
2.5	Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas .....	261

3	ACORDOS NO ÂMBITO DO MERCOSUL .....	262
3.1	Acordo de Residência do Mercosul, Bolívia e Chile .....	263
3.2	Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul .....	264
3.3	Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados-Partes do Mercosul, Bolívia e Chile .....	265
3.4	Acordo sobre Regularização Migratória do Mercosul, Bolívia e Chile .....	266
4	ACORDO DE PERMANÊNCIA BRASIL-ARGENTINA .....	266
4.1	Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais Brasil-Argentina .....	267
4.2	Tratado de São Borja para Dispensa de Vistos de Entrada Brasil-Argentina .....	268
5	ACORDO DE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA BRASIL-BOLÍVIA .....	268
<b>X</b>	<b>NACIONALIDADE .....</b>	<b>271</b>
1	CONCEITO .....	271
1.1	Nacionalidade Originária e Derivada .....	272
1.2	Perda da Nacionalidade Brasileira .....	273
1.3	Reaquisição da Nacionalidade Brasileira .....	279
1.4	Perda da Nacionalidade Estrangeira .....	279
1.5	Opção de Nacionalidade .....	279
1.5.1	Reexame necessário .....	280
<b>XI</b>	<b>NATURALIZAÇÃO .....</b>	<b>281</b>
1	INTRODUÇÃO .....	281
1.1	Espécies de Naturalização .....	282
2	NATURALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA .....	283
3	NATURALIZAÇÃO ORDINÁRIA .....	284
3.1	Procedimento .....	286
4	NATURALIZAÇÃO ESPECIAL .....	288
5	NATURALIZAÇÃO PROVISÓRIA E CONVERSÃO EM NATURALIZAÇÃO DEFINITIVA .....	288
5.1	Procedimento .....	289
6	EFEITOS DA NATURALIZAÇÃO .....	289
7	DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE NATURALIZAÇÃO .....	290
8	OS DIREITOS POLÍTICOS .....	291
8.1	Cidadania .....	291
8.2	Direitos Políticos dos Naturalizados .....	292
8.3	Alistamento e Inscrição Eleitoral .....	292
8.4	Perda, Suspensão e Reaquisição de Direitos Políticos .....	293

8.5	Inscrição Partidária .....	294
8.6	Campanha Eleitoral Efetuada por Estrangeiro .....	294
<b>XII</b>	<b>MEDIDAS SANCIONATÓRIAS .....</b>	<b>295</b>
1	DEPORTAÇÃO .....	295
1.1	Procedimento .....	296
2	EXPULSÃO .....	297
2.1	Impedimentos para a Expulsão .....	298
2.2	Procedimento .....	301
2.3	Crime de Promoção de Imigração Ilegal .....	302
2.4	Crime de Reingresso de Estrangeiro Expulso .....	303
2.5	Impedimento ao Ato Expulsório como Causa Excludente de Tipicidade e Antijuridicidade .....	305
2.6	Classificação e Competência .....	305
2.7	Reingresso de Estrangeiro Expulso e Direito de Visita .....	306
3	MULTAS ISOLADAS E COMINADAS.....	307
3.1	Lavratura de Auto e Processo Administrativo de Liquidação da Multa.....	308
4	EXTRADIÇÃO .....	309
4.1	Competência .....	309
4.2	Restrições Constitucionais.....	310
4.3	Restrições Legais.....	310
4.4	Concurso de Preferência para a Extradicação .....	311
4.5	Procedimento.....	311
4.6	Controle de Legalidade Estrita .....	314
4.7	Princípio da Especialidade.....	316
4.8	Princípio da Dupla Tipicidade.....	317
4.9	Princípio da Anterioridade.....	318
4.10	Princípio da Consunção .....	318
4.11	Comutação de Pena .....	318
4.12	Exposição e Instrução da Causa.....	318
4.13	Dupla Nacionalidade .....	318
4.14	Casamento e Filiação.....	320
4.15	Tratados de Extradicação Firmados pelo Brasil .....	320
4.16	Difusão Internacional ou Difusão Vermelha .....	321
4.17	Banimento.....	321
<b>XIII</b>	<b>INSTITUTOS CORRELATOS .....</b>	<b>323</b>
1	RETIRADA .....	323
1.1	Repatriação .....	323
1.2	Responsabilidade do Transportador .....	324

1.3	Repatriação de Marítimos .....	324
2	ASILO POLÍTICO OU DIPLOMÁTICO E ASILO TERRITORIAL ..	327
2.1	Procedimento .....	330
2.2	Disposições Gerais .....	330
3	REFÚGIO .....	331
3.1	Marcos Regulatórios .....	331
3.2	Beneficiários .....	332
3.3	Cessação e Perda da Condição de Refugiado .....	332
3.4	Direitos Cíveis e Trabalhistas .....	333
3.5	Procedimento .....	333
3.5.1	Recurso .....	335
3.6	Comitê Nacional para Refugiados (Conare) .....	335
3.6.1	Fundado temor de perseguição .....	336
3.6.2	Princípio do <i>in dubio pro</i> refugiado .....	340
3.6.3	Princípio da vulnerabilidade .....	341
3.6.4	Generalizada violação de direitos humanos .....	343
3.6.5	Refúgio <i>sur place</i> .....	343
3.6.6	Instruções normativas .....	344
3.7	Refúgio e Extradição .....	346
3.8	Refúgio e Expulsão .....	348
3.9	Refúgio e Repatriação .....	348
3.10	Reassentamento .....	348
3.11	Estatuto dos Refugiados .....	349
4	REQUISIÇÃO DE MENORES RAPTADOS .....	350
5	ALIMENTOS NO PLANO INTERNACIONAL .....	350
6	ANISTIA IMIGRATÓRIA .....	353
7	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E <i>EXEQUATUR</i> ..	355
8	APATRIDIA .....	356
8.1	Princípio da não Discriminação .....	357
8.2	Princípio da Norma mais Favorável .....	358
9	TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PRESOS .....	358
10	PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIRO CONDENADO CRIMINAL- MENTE .....	360
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>361</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>365</b>